

A produção acadêmica sobre corrupção na Ciência Política brasileira: teorias, objetos e métodos (1999-2018)

Pedro Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco

Clóvis Alberto Vieira de Melo

Universidade Federal de Campina Grande

Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda

Universidade Federal do Pará

Pedro Henrique Ribeiro da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

Oscar Roberto Silva Miranda

Universidade Federal de Campina Grande

1 Introdução

1

Historicamente, ao lado de fenômenos como clientelismo e patrimonialismo, a corrupção tem sido um traço da sociedade brasileira bastante marcante e se manifesta de forma recorrente. Nos últimos 30 anos, a partir da descoberta de grandes escândalos envolvendo comportamento corrupto, esse tema tem se tornado cada vez mais evidente e tem sido debatido pela sociedade brasileira, o que o coloca como um dos grandes problemas nacionais. Assim como no debate público, a academia também se interessa pelo tema, sendo foco de análise de diversas áreas do conhecimento, como: a Sociologia, a Antropologia, o Direito, a Economia e também a Ciência Política.

Constata-se que os estudos sobre corrupção são marcados por desafios teóricos e metodológicos relevantes, isto por se tratar de um fenômeno de difícil conceituação e observação. A despeito de todas as dificuldades, a realidade tem mostrado que o número de trabalhos acadêmicos defendidos ou publicados sobre corrupção tem apresentado um crescimento expressivo nas últimas décadas, tanto impulsionado pela relevância do tema em si, quanto também pelo desenvolvimento de ferramentais teóricos e metodológicos que tornam exequível o desenvolvimento de estudos na área. O aumento do ferramental técnico traz, em decorrência, o aumento do interesse de cientistas sociais pelo tema.

Jain (2001) sugere que os estudos sobre estudos de corrupção já atingiram a maturidade, numa perspectiva internacional e sem explicitar áreas do conhecimento. A despeito dessa assertiva, não há como inferir que esse desenvolvimento se deu com a mesma magnitude em todos os países, bem como em todas as áreas de conhecimento das ciências humanas e sociais.

Esta pesquisa buscou verificar, a partir desta evidência, se o fato também ocorreu no Brasil, especialmente na área de Ciência Política. Ou seja, seria verdadeiro dizer que esse campo de conhecimento tem apresentado robustez nos estudos sobre corrupção pública?

No que tange a esse aspecto, apresentamos a produção acadêmica brasileira sobre corrupção, no campo da Ciência Política, e identificamos o volume de produção, os objetos de pesquisa, os enfoques teóricos, bem como as estratégias metodológicas empregadas. Verificamos, portanto, qual o estado da arte dos estudos sobre corrupção nesse campo de conhecimento no Brasil e seu grau de amadurecimento.

Este levantamento se mostra pertinente, tanto social quanto academicamente, se nos atentarmos para o fato de que seus resultados possam apresentar um diagnóstico que viabilize uma reflexão sobre até onde foi o conhecimento sobre a área e o que falta conhecer.

Para tanto, a produção analisada se refere a dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em periódicos nacionais. As dissertações e teses foram selecionadas, utilizando o termo corrupção no sistema de busca do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), defendidas de 1999 a 2014¹. O levantamento preliminar abarcou um total de 17 teses e 39 dissertações, desenvolvidas em 12 instituições de ensino superior no Brasil, avaliadas pela área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes. Já os artigos científicos foram selecionados a partir do sistema de busca do portal do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando os termos *Corrupção*, *Corruption* e *Corrupción* no campo assunto, que permitiu selecionar 64 artigos publicados entre os anos de 1999 e maio de 2018, cobrindo um total de 29 periódicos, de diversas áreas do conhecimento². Destaque-se que, do total de trabalhos identificados, nem todos figuraram no resultado final da pesquisa, uma vez que foram estabelecidos filtros que permitiram excluir aqueles selecionados por estes sistemas de busca que não tinham como objeto principal de análise o fenômeno da corrupção, ou mesmo produzidos por autores exógenos à Ciência Política, os quais poderiam afastar a pesquisa de seu escopo principal.

A pesquisa identificou trabalhos de natureza teórica e empírica. No primeiro grupo, vê-se um esforço teórico em delimitar o conceito de corrupção, que não é consensual mesmo na literatura internacional. Ainda no campo teórico, há um esforço em entender as causas e consequências sociais e políticas do fenômeno. No segundo grupo, o de estudos empíricos, em geral há trabalhos que se detêm em avaliar grandes escândalos políticos, envolvendo o tema. Outros analisam causas e consequências do fenômeno. Há aqueles que buscam avaliar políticas de combate à corrupção, analisando em especial o papel dos sistemas de controle.

¹ O recorte temporal do levantamento de dissertações e teses compreendeu os trabalhos defendidos de 1999 a 2014, por meio do sistema de busca da Capes, encontrar pesquisa sobre corrupção desenvolvidos em programas de pós-graduação avaliados pela área de Ciência Política e Relações Internacionais.

² O período de seleção dos artigos, igualmente às dissertações e teses, foi condicionado pela disponibilidade de trabalhos sobre o tema da corrupção identificado pelo sistema de busca, no caso o SciELO. O levantamento foi encerrado em maio de 2018. Trabalhos dos meses subsequentes deste ano não foram considerados.

2 Enfoques teóricos, objetos e métodos nos estudos sobre corrupção

Com vistas a identificar a maturidade teórica e metodológica dos estudos sobre corrupção da Ciência Política Brasileira, nesta seção serão inicialmente apresentados os principais tipos de estudos e as estratégias de mensuração mais comumente empregada pela literatura internacional, além dos objetos e unidade de análises. Em seguida, busca-se compará-los com a produção nacional da Ciência Política.

2.1 Principais enfoques teóricos e tipos de estudos

É possível identificar na literatura três tipos principais de estudos sobre corrupção. No primeiro grupo verifica-se um esforço significativo no sentido de delinear conceitualmente esse tipo ação. Buscamos, portanto, entender a dinâmica e os elementos constitutivos.

Não há consenso na literatura sobre o que é uma ação corrupta (Camerer, 2001). Por vezes, o fenômeno é relacionado apenas a algum tipo de ação ilegal cometida por um agente público, como pode ser visto nos trabalhos de Nye (1967) e Leff (2002). Outros autores, por outro lado, buscam ampliar o conceito, inserindo mais elementos, descrevendo a presença de mais de um agente, bem como prevendo a possibilidade do fenômeno ocorrer também no ambiente privado, como pode ser visto em Klitgaard (1994)³.

No segundo grupo de estudos, a literatura se debruça em entender os principais condicionantes para manifestação do fenômeno. Para Fisman e Miguel (2006) as causas da corrupção, a despeito de serem amplamente debatidas, são mal compreendidas. Sob este aspecto, os condicionantes para corrupção são o principal foco de atenção desses pesquisadores. Para alguns, o desenho institucional, que atribui alto poder discricionário a agentes públicos, é o principal motivador da corrupção (Tanzi, 1998; Jain, 2001; Rose-Ackerman, 2002). Para Klitgaard (1998), a corrupção seria o resultado, além do poder discricionário, de ambientes de monopólio e baixa *accountability*. No mesmo sentido, Tanzi (1998) e Jain (2001) sugerem que a capacidade punitiva das ações corruptas é fator fundamental para explicar a existência do fenômeno. Shleifer e Vishny (1993) sugerem como uma das causas o excesso de regulamentação. Baixos salários também são causas citadas pela literatura, a exemplo de Ul Haque e Sahay (1996), Ades e Di Tella (1999), e Mauro e Driscoll (1997). Aspectos culturais são igualmente aventados como fatores explicativos para corrupção, a exemplo de Barr e Serra (2006), e Fisman e Miguel (2006). Mauro (1995) e Mauro e Driscoll (1997) atribuem como uma das causas da corrupção a fragmentação étnica existente em alguns países. A qualidade da democracia (Warren, 2004), bem como a liberdade de imprensa (Treisman, 2000) também são colocados como fatores explicativos. Aspectos eleitorais igualmente são destacados pela literatura como condicionantes, em especial o instituto da reeleição (Besley; Case, 1995; Alt; Dreyer Lassen, 2008). Para esses, políticos não reelegíveis tendem a ter um comportamento oportunista, uma vez que possui um horizonte eleitoral baixo.

3

³ Um exercício teórico no sentido revisar a literatura internacional sobre essa abordagem, a qual busca-se descobrir os elementos constitutivos e sua dinâmica, inclusive, diferenciando-a de crimes assemelhados, pode ser lida em Melo (2011) e Miranda (2018).

Por último, o foco passa a ser as consequências da corrupção. Se no senso comum chega a ser quase uma unanimidade que a corrupção gera danos sociais, econômicos e políticos às sociedades, para esse grupo de pesquisadores o desafio é mensurar esse efeito, em especial na eficácia e efetividade de ações estatais no enfrentamento de problemas públicos, no nível de desenvolvimento econômico, como também no funcionamento dos próprios sistemas políticos.

Destaque-se que a maior parte da literatura acentua o impacto negativo da corrupção, O que pode ser visto em Gould e Amaro-Reyes (1983), Barro (1991), Rose-Ackerman e Palifka (1999), Rahman, Kisunko e Kapoor (2000), Mauro (2002) e Bose, Capasso e Murshid (2006). Em geral estes estudos vislumbram a corrupção como fator explicativo à existência de deficiências nas ações estatais na provisão de bens públicos, em especial na fase de implementação (Geddes; Ribeiro Neto 2000), bem como no nível de desenvolvimento econômico. No entanto, isto não é um consenso. Nem sempre a corrupção é vista como um fator negativo. Sob este aspecto, há um grupo de autores que veem na corrupção uma relativa utilidade, assemelhando ao pressuposto de Mandeville (1994) de que vícios privados pode podem produzir benefícios públicos. Nessa linha, destaca-se os trabalhos de Nye (1967), Scott (1967), Leff (2002) e Huntington (2002). O argumento central é que o *speed Money* pode destravar estruturas burocráticas emperradas e assim evitar empecilhos para o desenvolvimento econômico⁴.

2.2 Estratégias metodológicas comumente empregadas

A corrupção é um fenômeno de difícil observação. Isto por que os envolvidos na empreitada encobrem suas ações que são ou ilegais ou socialmente indesejadas. E a dificuldade de obtenção de dados naturalmente se configura entre os pesquisadores da área.

Qualquer fenômeno para ser entendido, para ser compreendido cientificamente, requer uma análise inicial da literatura. Quando esta se mostra insatisfatória, outros dados empíricos são coletados por meio de diversas estratégias metodológicas possíveis: observação, entrevistas, aplicação de questionários etc. Em geral, na maioria dos casos, o objeto de pesquisa é observável, sendo possível, portanto, que o pesquisador o explore diretamente. No caso da corrupção, por sua natureza clandestina, esse tipo de abordagem não é tão trivial de ser realizada. É difícil imaginar um agente corrupto disposto a ser visto, muito menos indagado sobre ilicitudes que tenham cometido por meio de entrevistas ou mesmo que se disponha a responder um questionário. Isto por si só torna bastante complexa a tarefa de mensurar o fenômeno da corrupção.

Comumente a literatura tem usado meios indiretos para coletar dados sobre casos de corrupção. Em geral, observa-se o uso de três grandes estratégias com esse objetivo, dotadas cada uma delas de vantagens e limites, mas com o intuito principal de produzir algum tipo de indicador que expresse o nível de corrupção numa dada circunscrição. São elas: 1) sistematização de informações produzidas pela mídia; 2) análise de relatórios de auditorias desenvolvidas por agências

⁴ Cabe ressaltar que estes autores são os primeiros desenvolvedores do conceito de corrupção. Aqui podemos dizer que a corrupção é vista como “graxa”. Após o Consenso de Washington e frente a novos trabalhos na área a corrupção passa a ser vista como inimiga do bom funcionamento das instituições públicas. Ela passa a ser vista como “areia”. Mais detalhes podem ser encontrados em Aidt (2009).

governamentais, especialmente, as cortes de contas; 3) *surveys*, junto a especialistas ou a cidadãos (Tanzi, 1998; Ahmad; Aziz, 2001)⁵.

A primeira estratégia busca sistematizar e quantificar o número de notícias veiculada na mídia envolvendo casos de corrupção, permitindo identificar tipos de agentes envolvidos, instituições, valores, bem como circunscrições geográficas onde praticas desse tipo teriam ocorrido. O intuito desse tipo de estratégia é se utilizar da expertise dos jornalistas que possuem treinamento para garimpar notícias, dentre elas as de corrupção.

Recentemente, com o advento de ferramentas midiáticas em rede e do desenvolvimento de sistemas de mineração de dados que permitem identificar padrões em grandes conjuntos de informações, a coleta de notícias e números de postagens envolvendo o tema da corrupção ganhou força, ampliando, sobremaneira, as possibilidades de pesquisa a partir de dados advindo de publicações midiáticas.

A segunda estratégia de coleta indireta de dados amplamente utilizada por pesquisadores, se utiliza igualmente de expertise de terceiros, no caso de funcionários de agências governamentais que são treinados e desenvolvem auditorias na aplicação dos recursos públicos, emitindo na sequência relatórios que podem conter achados de irregularidades, os quais, quando sistematizados, podem permitir a pesquisadores desenvolver padrões de manifestação do fenômeno da corrupção. Segundo Andvig *et al.* (2000), as pesquisas sobre corrupção deveriam basear-se em casos detectados, sobretudo, os detectados por sistemas de controle.

A terceira estratégia metodológica para mensurar corrupção, e seguramente uma das mais utilizadas, se refere a *surveys* a partir de questionários que buscam levantar informações de percepção ou mesmo experiência de indivíduos acerca do nível de corrupção em uma ou várias circunscrições geográficas⁶. Um dos primeiros *surveys* que sistematizou informações sobre corrupção em diferentes países foi o *International Country Risk Guide* (ICRG), produzido em 1980 pela *Political Risk Services Inc.* (PRS).

Atualmente o *Corruption Perceptions Index*, produzido pela *Transparency International* (TI), é um dos indicadores a partir de *surveys* mais amplamente utilizados por pesquisadores. Esse índice busca expressar a percepção de estrangeiros, geralmente funcionários de multinacionais, sobre o nível de corrupção no país em que exerce suas funções. Além do *Corruption Perceptions Index*, há também o *Political Corruption Index* e o *Public Sector Corruption Index*, ambos produzidos pela *Varieties of Democracy* (V-Dem), o *Absence of Corruption*, do *World Justice Project* (WJP), e o *Control of Corruption*, elaborado pelo *Worldwide Governance Indicators* (WGI). Isto apenas para citar apenas alguns. O *Corruption Barometer* também produzido pela TI é um exemplo de *survey* baseado experiência envolvendo corrupção.

Levantamentos semelhantes aos citados acima também são produzidos por: *World Values Survey*, *Business International* (BI), *World Competitiveness Report* (WCR), *Gallup*, *Control Risks Group Limited/Simmons & Simmons*, e a *Political & Economic Risk Consultancy* (PERC).

⁵ Vantagens e limites de cada uma dessas estratégias podem ser vistos em Melo (2010).

⁶ A distinção de *surveys* baseados em percepção e *surveys* baseados em experiência é que no primeiro o informante apenas emite suas impressões sobre a existência ou não do fenômeno, podendo estimar até sua magnitude. Já o segundo se refere a situações em que o informante tenha presenciado ou tido conhecimento no seu círculo de convivência de casos concretos de corrupção, ou mesmo tenha sido instado por terceiro a cometer tal prática.

2.3 Objetos e unidades de análises

Uma parte significativa da produção acadêmica sobre corrupção se refere a análise comparada, onde a partir de *surveys* de percepção ou experiências com corrupção, busca-se identificar padrões de manifestação do fenômeno, o que pode ser visto em Kanck e Keefer (1995), Ades e Di Tella (1997), Treisman (2000), Al-Marhubi (2000), Wei (2000), Mauro (1995, 2002), Adserà; Boix; Payne (2004), e Francisco e Pontara (2007).

Estes estudos tomam como unidade de análise o conjunto de países com dados disponíveis, ou apenas grupos de países, separados por regiões geográficas ou por características de interesse. Além de identificar a magnitude do fenômeno, estes estudos em geral detêm-se, a partir de modelos econométricos, identificar condicionantes que expliquem a manifestação do fenômeno, bem como suas consequências, o que tem influenciado governos e instituições a desenvolverem mecanismos de combate a tal prática.

Os estudos de casos são também identificados nos trabalhos sobre corrupção, a exemplo de Fisman e Miguel (2006) e Julnes e Villoria (2014). Pesquisadores lançam mão dessa ferramenta para entender a manifestação do fenômeno em circunscrições geográficas específicas, tais como países ou unidade subnacionais. Nelas, analisam padrões de corrupção em governos, nos seus mais variados níveis, focando suas análises no comportamento de agentes eleitos, bem como da própria burocracia, além de instituições específicas.

Surveys com recortes geográficos específicos também são empregados nesses estudos de casos, em especial aqueles que buscam captar informações referentes a experiências ou opinião dos cidadãos com oferecimento de benefícios ou sobre o nível de corrupção numa dada instituição ou localidade, a exemplo de Speck e Abramo (2003), e Menes (2003)

3 Metodologia

As fontes principais de informações analisadas neste artigo foram as dissertações de mestrados e teses de doutorados avaliados pela área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes e artigos científicos publicados em periódicos nacionais disponível na plataforma SciELO. Para coleta junto ao Catálogo da dissertações e teses da Capes utilizou-se no sistema de busca o termo *Corrupção*. Para coleta dos artigos na plataforma SciELO, foram utilizados os termos *Corrupção*, *Corruption* e *Corrupción* no campo assunto.

A estratégia de coleta de dados a partir de trabalhos acadêmicos, em especial para mapear o estado da arte da produção científica num determinado campo do conhecimento é amplamente utilizada. Análises de artigos científicos com o fim de coletar informações já foram utilizados por Riba (1996), Munck e Snyder (2007), Pierson (2007), Gomes e Guimarães (2013), Guerrazzi *et al.* (2015), e Nicolau e Oliveira (2017). Igualmente, o catálogo de dissertações e teses da Capes tem sido utilizado por autores como Oliveira e Carvalho (2008), Ribeiro (2010), e Teixeira e Megid Neto (2012), isto com o fim de mapear as produções acadêmicas nacionais.

Inicialmente, com o intuito de verificar a exequibilidade da pesquisa, foi feito um levantamento do número total de dissertações, teses, e artigos científicos. Foram encontradas um total de 17 teses e

39 dissertações, desenvolvidas em 12 instituições de ensino no Brasil, na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Em relação ao levantamento do número de artigos científicos foi possível identificar 64, distribuídos em 29 periódicos diferentes, os quais publicam artigo de diferentes áreas do conhecimento, tais como: Ciência Política, Administração, Direito, Economia, dentre outras.

Para efeito de análise, num primeiro momento, todas as dissertações e teses fizeram parte da pesquisa, uma vez que são defendidos em programas avaliados pela área de Ciência Política e Relações Internacionais no país. No entanto, quando da leitura dos trabalhos, verificou-se que alguns, a despeito de terem sido identificados pelos sistemas de busca da Capes, não guardavam afinidade direta com o tema da pesquisa. A discussão sobre corrupção era marginal ao objeto de pesquisa, e apontava para outros temas. Mesmo que guardando algum tipo de contiguidade com o tema da corrupção, não seria possível afirmar que esse era o objeto principal. Em sendo assim, todos foram excluídos da análise, como também aqueles que não conseguimos ter acesso direto em versões físicas ou eletrônicas.

O critério de exclusão por ausência de afinidade temática com o objeto da pesquisa também foi aplicado aos artigos científicos. Além desse filtro, foi aplicado ainda um segundo, o qual tinha como objetivo separar os trabalhos produzidos pela Ciência Política brasileira. Esse critério de exclusão se fez necessário porque parte dos autores não possuía formação na área ou não atuava em programas de Ciência Política, não sendo possível contabilizar seus trabalhos como produção dessa área de conhecimento, que é o recorte principal dessa pesquisa.

Sob este aspecto, para efeito de análise, foram escolhidos os artigos em que pelo menos um dos autores pudesse ser incluído em um dos seguintes critérios: 1) possuir formação em Ciência Política, em qualquer nível, que fosse brasileiro ou estrangeiro, atuando profissionalmente no Brasil; 2) brasileiro formado em Ciência Política sem qualquer vínculo institucional; 3) brasileiro ou estrangeiro, formado em qualquer área, desde que atuando em um Programa de Pós-graduação em Ciência Política no Brasil. Essas informações foram coletadas a partir do próprio artigo científico ou por meio da plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A despeito desses artigos excluídos não expressarem a produção nacional de Ciência Política, alguns focam no tema da corrupção, e poderão ser objeto de um estudo mais abrangente em pesquisas futuras.

A técnica de coleta de dados utilizada a partir dos trabalhos selecionados foi análise de documento, que permitiu elaborar um banco de dados com as seguintes variáveis: 1) tipo de obra (dissertação, tese ou artigo); 2) ano da publicação ou da defesa; 3) nome do periódico; 4) instituição em que o trabalho foi defendido; 5) natureza do estudo (teórico ou empírico); 6) enfoque teórico do estudo (conceito, causas ou consequências da corrupção); 7) estratégia metodológica utilizado nas obras (*survey*, mídia e sistemas de controles); 8) objeto de estudo; 9) fonte dos dados coletados na pesquisa; 10) existência de estatística no trabalho (descritiva ou inferencial), e 11) modelos estatísticos utilizados. Para aplicação dos filtros foram coletados dados sobre nacionalidade, formação acadêmicas e filiação institucional dos respectivos autores.

As variáveis acima, além de permitir escolher entre os trabalhos selecionados aqueles que seguiriam na análise, possibilitou, sobretudo, traçar um quadro descritivo das características teóricas e metodológicas dos trabalhos analisados, viabilizando, assim, descobrir se o mesmo nível de

desenvolvimento teórico e metodológico sugerido por Jain (2001) para literatura internacional se manifestava também aqui no Brasil, na área de Ciência Política.

4 Dados e análises

Dos 125 trabalhos inicialmente selecionados para pesquisa, após a aplicação dos critérios de exclusão restaram 45, sendo 17 artigos, 21 dissertações e sete teses de doutorados (Tabela 1). Apesar de ter-se excluído a maior parte dos trabalhos originalmente selecionado (64%), aqueles que restaram expressam com maior precisão parte da produção acadêmica da Ciência Política no Brasil, que é o escopo central deste trabalho.

Tabela 1 - Número de trabalho por tipo, excluídos e incluídos na pesquisa

Tipo de trabalho	Incluídos		Excluídos						Totais
			Formação ou atuação dos autores exógena à área de Ciência Política		Sem afinidade com o tema da corrupção		Trabalho não acessado eletronicamente ou fisicamente		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Artigo	17	26,56	39	60,94	8	12,50	0	0,00	64
Dissertação	21	50,00	0	0,00	7	16,67	14	33,33	42
Tese	7	36,84	0	0,00	5	26,32	7	36,84	19
Total	45		39		20		21		125

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes

Os dados apontam para um volume de produção bastante tímido, dado a relevância do tema e a centralidade que ele possui no país. De 1999 a maio de 2018, espaço temporal dos trabalhos selecionados, a produção média anual sobre o tema, independentemente do tipo de trabalho, foi menos de três. Esse número pode ser explicado em grande medida pela dificuldade de se pesquisar um objeto de difícil observação, ou mesmo pela falta de centralidade da agenda de pesquisa na área. Destaque-se que esse número está subdimensionado, uma vez que nem toda a produção sobre corrupção da Ciência Política brasileira foi foco de objeto desta pesquisa, em especial aquela publicada em periódicos estrangeiros, ou outro lugar que não seja a Plataforma SciELO. No entanto, ressalte-se que a produção analisada (86,56%) reflete pelo menos o que se pesquisa nos programas de pós-graduação de Ciência Política do país, o que pode constituir um indicador razoável do grau de importância que o tema tem recebido pela área no Brasil ao longo do tempo.

Tabela 2 – Distribuição de artigos publicados e dissertações e teses defendidas entre 1999 2018

Ano	Artigo	Dissertação	Tese	Total	Total por período
1999	1	0	0	1	1999 a 2005
2000	0	0	0	0	
2001	0	0	0	0	
2002	0	0	0	0	
2003	1	1	0	2	
2004	0	1	0	1	5 trabalhos (11,11% do total) (média 0,71)
2005	1	0	0	1	
2006	0	5	0	5	2006 a 2012
2007	1	2	1	4	
2008	0	2	1	3	
2009	1	0	0	1	
2010	0	2	3	5	
2011	2	4	0	6	29 trabalhos (64,44% do total) (média 4,14)
2012	0	4	1	5	
2013	2	0	0	2	2013 a 2018
2014	1	0	1	2	
2015	2	-	-	2	
2016	2	-	-	2	
2017	1	-	-	1	
2018	2	-	-	2	
Total	17	21	7	45	
Média anual	0,85	1,31	0,43	2,25	

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes

Na Tabela 2 é possível verificar a distribuição de artigos publicados, dissertações e teses defendidas por ano. Percebe-se que a produção não é uniforme ao longo do tempo, o que pode indicar a baixa institucionalização de grupos de pesquisa interessados pelo tema, em especial por se tratarem em sua maioria de produção de programas de pós-graduação. A existência de tais grupos poderia viabilizar perenidade na produção acadêmica sobre o tema.

Os dados da Tabela 2 sugerem ainda, dividindo-se o período de 20 anos observado em três faixas, que, num primeiro momento, a produção é bastante incipiente, apontando para algum grau de descompasso da Ciência Política com problemas da realidade, no caso a corrupção. Isso se assemelha ao que Shapiro (2002) denominou *flight from reality* (“fuga da realidade”), em sua crítica à tendência de muitos cientistas políticos de negligenciarem a análise de problemas concretos. No segundo período observa-se um forte movimento de expansão da produção acadêmica, ocorrido entre 2006 e 2012, sugerindo a partir daí que a temática de fato passaria a fazer parte da agenda. No entanto, observa-se em seguida um movimento de recrudescimento, onde o número de trabalho diminui para pouco mais de um terço do momento anterior, a despeito do contexto histórico conturbado que o Brasil passou a vivenciar, a partir de 2014, em especial com o advento da Operação Lava Jato, que vem a ser a maior investigação envolvendo crimes de corrupção no Brasil⁷.

⁷ Denominação dada a maior investigação sobre crime de corrupção conduzida no Brasil, tendo sido iniciada em março de 2014, apurando uma rede operada por doleiros em parceria com agentes públicos e privados que praticavam crimes contra o erário público. A investigação desvendou um forte esquema de corrupção envolvendo grandes empresas estatais e privadas e políticos de grande parte dos partidos políticos brasileiros, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) e o do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Tabela 3 – Tipos de trabalhos por Instituição/Periódico

Tipo de trabalho	Instituição/Periódico	N	%
Artigo	Revista Opinião Pública	7	41,19
	Revista Brasileira de Ciência Política	2	11,77
	<i>Brazilian Political Science Review</i>	1	5,88
	Dados - Revista de Ciências Sociais	1	5,88
	Revista de Administração Contemporânea	1	5,88
	Revista de Administração de Empresas	1	5,88
	Revista de Administração Pública	1	5,88
	Revista de Sociologia e Política	1	5,88
	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	5,88
	Lua Nova - Revista de Cultura e Política	1	5,88
	Total	17	100
Dissertação	Universidade de Brasília (UnB)	6	28,58
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	4	19,05
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	3	14,29
	Universidade de Campinas (UNICAMP)	2	9,52
	Universidade de São Paulo (USP)	2	9,52
	Instituto Univ. de Pesquisas do R. de Janeiro (IUPERJ)	1	4,76
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1	4,76
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1	4,76
	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1	4,76
	Total	21	100
Tese	Universidade de São Paulo (USP)	3	42,85
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2	28,57
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1	14,29
	Universidade de Brasília (UnB)	1	14,29
	Total	7	100

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes

Na Tabela 3, é possível verificar a distribuição dos trabalhos por periódicos em que foi publicado ou por instituições em que foi defendido. Os artigos se distribuem em pelo menos 10 periódicos diferentes. No entanto, mais de 50% está concentrado em apenas duas revistas. Já as dissertações estão distribuídas em nove instituições, com destaque para UnB, UFPE e UFRGS. As teses se distribuem em quatro instituições, havendo uma maior concentração na USP e UFPE.

Tabela 4 – Tipo de trabalho por natureza da pesquisa

Tipo de trabalho	Natureza da pesquisa				Total
	Teórica		Empírica		
	N	%	N	%	
Artigo	5	29,41	12	70,59	17
Dissertação	10	47,62	11	52,38	21
Tese	2	28,57	5	71,43	7
Total	18	40.00	27	60.00	45

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes

Quanto à natureza das pesquisas, verifica-se a proeminência dos trabalhos empíricos, respondendo por 60% do total (Tabela 4). Destacando apenas os artigos e as teses, esse percentual supera os 70%. Isto sugere que, quando focam no tema, os pesquisadores têm se esforçado em

analisar casos concretos envolvendo o fenômeno. De toda forma não é desprezível a quantidade de trabalhos teóricos, sobretudo, revisões de bibliografia. Parte significativa destas buscam esmiuçar o significado do termo corrupção, quem tem sido a tônica de muitos trabalhos publicados internacionalmente na área de Ciência Política.

Tabela 5 – Subtemas dos estudos sobre corrupção

Tipo de trabalho	Conceito		Causa		Consequência		Total
	N	%	N	%	N	%	
Artigo	2	12,50	8	50,00	6	37,50	16
Dissertação	2	13,33	7	46,67	6	40,00	15
Tese	0	0,00	0	0,00	2	100,00	2
Total	4	12,12	15	45,45	14	42,42	33

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes.

Como já discutido anteriormente, parte dos trabalhos sobre corrupção podem ser distribuídos em três subtemas principais. Alguns se debruçam em descrever o que seria corrupção, buscando definir critérios que permitem criar variáveis passíveis de serem operacionalizadas em trabalhos descritivos ou inferenciais. E há os estudos que buscam descobrir as causas ou as consequências do fenômeno. Na Tabela 5 é possível verificar que, dos 45, 33 podem ser encaixados em um desses subtemas. Percebe-se que a grande maioria (87,88%) focam nos dois últimos. Ou seja, a tônica que tem permeado os pesquisadores no Brasil é tentar descobrir quais os fatores que explicam a manifestação do fenômeno ou seu efeito, quando não os dois.

11

Tabela 6 – Estratégia metodológica empregada

Tipo de trabalho	Survey de percepção		Survey de experiência		Mídia		Sistemas de controle		Combinação		Outras		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Artigo	3	17,65	5	29,41	1	5,88	4	23,53	0	0,00	4	23,53	17
Dissertação	7	33,33	1	4,76	1	4,76	1	4,76	3	14,29	8	38,10	21
Tese	0	0,00	0	0,00	1	14,29	3	42,86	1	14,29	2	28,56	7
Total	10	22,22	6	13,33	3	6,67	8	17,78	4	8,89	14	31,11	45

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes

Quanto à estratégia de coleta de dados, verificou-se que aproximadamente 70% dos trabalhos lançam mão de técnicas amplamente utilizadas pela literatura internacional, sendo elas *survey*, de percepção ou de experiência, que respondem por 35,55%. Já Coleta junto a notícias midiáticas, ficaram em 6,67%, e pesquisa a partir de relatórios de sistemas de controles, 17,78%. Aqueles que combinaram mais de uma destas técnicas atingiu 8,89% dos trabalhos pesquisados (Tabela 6).

Tabela 7 – Trabalhos com utilização de estatística

Tipo de trabalho	Trabalhos pesquisados	Trabalhos pesquisados com uso de estatística	% de trabalhos pesquisados com uso de estatística	Tipo de estatística			
				Descritiva		Inferencial	
				N	%	N	%
Artigo	17	12	70,59	2	16,67	10	83,33
Dissertação	21	14	66,67	11	78,57	3	21,43
Tese	7	5	71,43	1	20,0	4	80,0
Total	45	31	68,89	14	45,16	17	54,84

Fonte: Plataforma SciELO e Catálogo de dissertações e teses da Capes

Outro ponto que merece destaque nos trabalhos analisados se refere ao tratamento dado às informações coletadas, que, em grande parte, se refere a ferramentas estatísticas. A presença de dados quantitativos foi observada em pelo menos 68% dos trabalhos analisados (Tabela 7). Desses trabalhos, pouco mais da metade (54,84%) lançou mão de estatística inferencial. Dentre os modelos utilizados destacaram-se regressões lineares simples e multivariadas, regressões logísticas binárias e multinomial, regressão Tobit, análise de dados em painel e análise fatorial. Essa diversidade de técnicas estatística aponta para um alto grau de sofisticação metodológica utilizado nos trabalhos sobre corrupção no Brasil na área de Ciência Política. Em grande medida, isso reflete o próprio movimento da área que, desde meados dos anos 1990, tem valorizado cada vez mais o rigor científico, em especial pesquisas inferências, conforme sugere Rezende (2017).

Quanto aos objetos das pesquisas empíricas foi possível observar que o foco dos pesquisadores se concentrou na análise das instituições políticas, em especial os poderes Executivo e Legislativo, e na análise do comportamento de eleitores e candidatos, bem como de detentores de cargos executivos, dos mais altos até os mais baixos escalões e de diferentes níveis de governo. Estes estudos focaram em diferentes unidades geográficas. Em pelo menos sete trabalhos foi possível identificar o município como espaços geográfico de análise. Em quatro trabalhos o foco forma as gestões estaduais. Mas, a grande maioria dos trabalhos analisou o comportamento das instituições em nível nacional, e ocorreram exercícios comparativos entre países ou mesmo regiões do mundo, em alguns casos.

Verificou-se na pesquisa uma grande variedade de técnicas de coleta de dados e diversidade de fontes. Na produção de dados primários, foram utilizados, sobretudo, entrevistas e análise de documento. Esta última, focando, sobretudo, em documentos de instituições públicas, a exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU), de alguns Tribunais de Contas Estaduais (TCEs), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como da Câmara dos Deputados. Lançou-se mão também de documentos midiáticos, veiculados em jornais, a exemplo da Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo.

Além de dados produzidos primariamente, uma estratégia bastante utilizada para estudar corrupção, sobretudo, quando se desejava descobrir causas e efeitos, foi lançar mão de dados secundários. Estes produzidos pelas mais diversas instituições, a exemplo da Transparência Internacional, Barômetro das Américas, Banco Mundial, *World Values Survey*, *Freedom House*, além de institutos de pesquisa de opinião, como *Vox Populi* e Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), além de vários órgãos de governo, tais como Banco Central, Receita Federal e Secretaria do Tesouro Nacional.

Sob este aspecto, pode-se afirmar que os estudos sobre corrupção no Brasil e fora são bastantes promissores, não somente para a área de Ciência Política, uma vez que são produzido e disponibilizados dados secundários. Isto possibilita a pesquisadores responderem perguntas envolvendo o tema, e assim o nível de conhecimento sobre o assunto avança.

5 Considerações finais

A partir dos dados analisado nessa pesquisa, é possível dizer que os estudos sobre corrupção desenvolvidos pela Ciência Política Brasileira se aproximam do que é produzido pela literatura internacional, isto em termos de enfoque teóricos ou mesmo em estratégias metodológicas.

As questões teóricas guardaram similitudes, uma vez que se debruçam em subtemas semelhantes, a exemplo de estudos sobre o significado, as causas e as consequências da corrupção, com ênfase nessas duas últimas, o que é presente também na literatura internacional.

As estratégias metodológicas que lançam mãos de *surveys*, dados de sistemas de controles e da mídia também são aplicados no Brasil, inclusive com tratamento estatístico rigoroso, o que permitiu desenvolver pesquisas de cunho explicativo, para além de exercícios teóricos ou descritivos, isto a partir de uma vasta gama de fontes secundárias de dados, além de levantamentos primários.

Pode-se dizer que os desenhos de pesquisa utilizados pela literatura internacional em grande medida são replicados no Brasil, apontando para um quadro promissor dos estudos sobre corrupção no país, a despeito do quantitativo baixo, em especial, tomando como parâmetro o volume produzido pelos programas de pós-graduação na área.

É necessário reconhecer que o estudo se restringiu às bases Capes e SciELO, possivelmente subestimando a produção total sobre o tema. A busca por termos específicos pode ter deixado de captar abordagens alternativas, e a exclusão de trabalhos com enfoque tangencial limitou a abrangência da análise. Além disso, a assimetria temporal entre os recortes para artigos (1999-2018) e teses/dissertações (1999-2014) merece atenção na interpretação dos resultados.

Apesar dessas limitações, os achados sugerem um cenário promissor para a pesquisa sobre corrupção no Brasil, ainda que o volume de produção permaneça modesto quando comparado à relevância do tema. Para avanços futuros, recomenda-se ampliar o escopo de busca para incluir periódicos não indexados na SciELO, produções internacionais de autores brasileiros e obras em formato de livro, além de incorporar análises qualitativas que avaliem a profundidade teórica e o impacto acadêmico dos trabalhos. Esses desenvolvimentos permitiriam uma compreensão mais abrangente e matizada do campo de estudos sobre corrupção no país.

Referências

ADES, Alberto; DI TELLA, Rafael. Rents, competition, and corruption. *The American Economic Review*, v. 89, n. 4, p. 982-993, sept. 1999.

ADES, Alberto; DI TELLA, Rafael. The new economics of corruption a survey and some new results. *Political Studies*, v. 45, n. 3, p. 496-515, 1997.

- ADSERÀ, Alicia; BOIX, Carles; PAYNE, Mark. Are you being served? Political accountability and quality of Government. *Research Department Working papers series*. Washington, DC, n. 438, p. 46, 2004.
- AHMAD, Naved; AZIZ, Daniyal. Corruption perception indices: a comparative analysis [with comments]. *The Pakistan Development Review*, v. 40, n. 4, p. 813-830, 2001.
- AIDT, Toke S. Corrupção, instituições e desenvolvimento econômico. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 25, n. 2, p. 271-291, 2009.
- AL-MARHUBI, Fahim A. Corruption and inflation. *Economics Letters*, v. 66, p. 199-202, 2000.
- ALT, James E; DREYER LASSEN, David. Inequality and corruption: evidence from US States. *EPRU Working Paper Series*, p. 50, aug. 2008.
- ANDVIG, Jens C. *et al.* *Research on corruption. a policy oriented survey*. Oslo: Commissioned by NORAD, 2000.
- BARR, Abigail; SERRA, Danila. Culture and corruption. *Economic and Social Research Council*, Global Poverty Research Group, p. 27, 2006.
- BARRO, Robert J. Economic growth in a cross section of countries. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 105, n. 2, p. 407-443, 1991.
- BESLEY, Timothy; CASE, Anne. Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence from gubernatorial term limits. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 110, n. 3, p. 769-798, aug. 1995.
- BOSE, Niloy; CAPASSO, Salvatore; MURSHID, Antu Panini. Threshold effects of corruption: theory and evidence. *World Development*, v. 36, n. 7, p. 1173-1191, 2006.
- CAMERER, Lala. Corruption in South Africa: results of an expert panel survey. *ISS Monograph Series*, n. 65, 2001.
- FISMAN, Raymond; MIGUEL, Edward. Cultures of corruption: evidence from diplomatic parking tickets. *NBER Working Paper Series*, n. 12312, 2006.
- FRANCISCO, Manuela; PONTARA, Nicola. Does corruption impact on firms' ability to conduct business in Mauritania? Evidence from investment climate survey data. *Policy Research Working Paper*, n. 4439, dec. 2007.
- GEDDES, Barbara; RIBEIRO NETO, Artur. Fontes institucionais da corrupção no Brasil. In: ROSEN, Keiith S.; DOWNES, Richard. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 18-32.
- GOMES, Adalmir Oliveira; GUIMARÃES, Tomás Aquino. Desempenho no Judiciário. Conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 2, p. 379-402, 2013.
- GOULD, David J; AMARO-REYES, Jose A. The effects of corruption on administrative performance illustrations from developing countries. *World Bank Staff Working Papers*, n. 580, 1983.

- GUERRAZZI, Luiz Antonio Camargo *et al.* Pesquisa em marketing e estratégia nos principais periódicos internacionais: um estudo bibliométrico sobre publicações no século XXI. *Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)*, v. 14, n. 1, p. 7-27, 2015.
- HUNTINGTON, Samuel P. Modernization and corruption. in: HEIDENHEIMER, Arnold J.; JOHNSTON, Michael (org.) *Political corruption: concepts e contexts*. 3.ed. New brunswick: Transaction Publishers, 2002. p. 253-263.
- JAIN, Arvind K. Corruption: a review. *Journal of Economic Surveys*, v. 15, n. 1, p. 71- 121, feb. 2001.
- JULNES, Patria Lancer; VILLORIA, Manuel. Understanding and addressing citizens' perceptions of corruption: the case of Spain. *International Review of Public Administration*, v. 19, n. 1, p. 23-43, 2014.
- KLITGAARD, Robert. *A corrupção sob controle*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- KLITGAARD, Robert. International cooperation against. *Finance & Development*, Mar. 1998, p. 3-6.
- KNACK, Stephen; KEEFER, Philip. Institutions and economic performance: cross-country yests using alternative institutional measures. *Economics and Politics*, v. 7, n. 3, p. 207-227, 1995.
- LEFF, Nathaniel H. Economic development throught bureaucratic corruption in: HEIDENHEIMER, Arnold J.; JOHNSTON, Michael (org.). *Political corruption: concepts & contexts*. 3.ed. New brunswick: Transaction Publishers, 2002. p. 307-320.
- MANDEVILLE, Bernard. A colméia ruidosa, ou os canalhas que se tornaram honestos. *Braudel Papers*, n. 15, 1994.
- MAURO, Paolo. Corruption and growth. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 10, n. 3, p. 681-712, 1995.
- MAURO, Paolo. Os efeitos da corrupção sobre crescimento, investimento e gastos do governo: uma análise de países representativos. In: ELLIOTT, Kimberly A. (org.). *A corrupção e a economia global*. Brasília: UnB, 2002. p. 134-167.
- MAURO, Paolo; DRISCOLL, David. Why Worry about corruption? *Economic Issues*, n. 6, 1997.
- MELO, Clóvis Alberto Vieira de. *Corrupção e políticas públicas: uma análise empírica dos municípios brasileiros*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- MELO, Clóvis Alberto Vieira de. Elementos constitutivos e dinâmica da corrupção: um exercício conceitual. *Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes*, v. 17, p. 50-72, 2011.
- MENES, Rebecca. Corruption in cities: graft and politics in American cities at the turn of the twentieth century. No. w9990. *National Bureau of Economic Research*, 2003.
- MIRANDA, Luiz Fernando. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n. 25, p. 237-272, jan. 2018.
- MUNCK, Gerardo L.; SNYDER, Richard. Debating the direction of comparative politics: An analysis of leading journals. *Comparative Political Studies*, v. 40, n. 1, p. 5-31, 2007.

- NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. Political science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015). *Sociologia & Antropologia*, v. 7, n. 2, p. 371-393, 2017.
- NYE, Joseph S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, v. 61, n. 2, p. 417-427, June 1967.
- OLIVEIRA, Robson Ramos; CARVALHO, Vânia Silva de. A produção científica sobre auditoria: um estudo bibliométrico a partir do caderno de indicadores da CAPES no período de 2004 a 2006. *Pensar Contábil*, v. 10, n. 42, 2008, p. 12-21.
- PIERSON, Paul. The costs of marginalization: qualitative methods in the study of American politics. *Comparative Political Studies*, v. 40, n. 2, p. 146-169, 2007.
- RAHMAN, Aminur; KISUNKO, Gregory; KAPOOR Kapil. Estimating the effects of corruption implications for Bangladesh. *World Bank Policy Research Working Paper*, n. 2479, 2000.
- REZENDE, Flávio da Cunha. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. *Política Hoje* (UFPE. Impresso), v. 24, p. 13-45, 2017.
- RIBA, Clara. The use of mathematics in political science: a survey of European and American journals. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 4, p. 477-508, 1996.
- RIBEIRO, Silverio Domingos. As pesquisas sobre o ensino da Estatística e da Probabilidade no período de 2000 a 2008: uma pesquisa a partir do banco de teses da CAPES. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010
- ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. *Corruption and government: causes, consequences and reform*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. A economia política da corrupção. In: ELLIOTT, Kimberly A. (org.). *A corrupção e a economia global*. Brasília: UnB, 2002. p. 59-102.
- SCOTT, James C. Um ensaio sobre as funções políticas da corrupção. *Asian Studies*, v. 5, n. 3, p. 501-523, 1967.
- SHAPIRO, Ian. Problems, methods, and theories in the study of politics, or what's wrong with political science and what to do about it. *Political theory*, v. 30, n. 4, p. 596-619, 2002.
- SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. Corruption. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 108, n. 3, p. 599-617, Aug. 1993.
- SPECK, Bruno Wilhelm; ABRAMO, Cláudio Weber. *Corrupção na municipalidade de São Paulo - Levantamento de percepções, experiências e valores*. São Paulo: Transparência Brasil, 2003.
- TANZI, Vito. Corruption around the world: causes, consequences, scope, and cures. *IMF Working Paper*, v. 98, n. 63, May 1998.
- TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini; MEGID NETO, Jorge. O estado da arte da pesquisa em ensino de Biologia no Brasil: um panorama baseado na análise de dissertações e teses. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 11, n. 1, 2012, p. 26-42.

TREISMAN, Daniel. The causes of corruption: a cross-national study. *Journal of Public Economics*, v. 76, p. 399-457, 2000.

UL HAQUE, Nadeem; SAHAY, Ratna. Do Government wage cuts close budget deficits? A conceptual framework for developing countries and transition economies. *IMF Working Paper*, n. 96/19, 1996.

WARREN, Mark E. Political corruption as duplicitous exclusion. *Political Science and Politics*, v. 37, n. 4, p. 803-807, oct. 2006.

WEI, Shang-Jim. Does corruption relieve foreign investors of the burden of taxes and capital controls? *International Taxation and Multinational Activity*. NBER, 2000.

Artigo recebido em: Janeiro de 2025.

Aprovado em: Março de 2025.

Pedro Nascimento (pedro.severino@ufpe.br) é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Clóvis Alberto Vieira de Melo (clovis.melo@ufcg.edu.br) é doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor de Ciência Política na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Luiz Fernando Vieira Vasconcellos de Miranda (lfmiranda2005@yahoo.com.br) é doutor em Ciência e professor de Ciência Política na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Pedro Henrique Ribeiro da Silva (phribsil@gmail.com) é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especialista em Processo Civil (FACISA), bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), graduando em Ciência da Computação (Unicsul), analista judiciário do TRE-PB e professor do curso de Direito da UEPB.

Oscar Roberto Silva Miranda (oscar_rsm@hotmail.com) é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especialista em Direito Público pela Uniderp-Anhanguera e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

**A produção acadêmica sobre corrupção na Ciência Política brasileira:
teorias, objetos e métodos (1999–2018)**

Resumo. Os estudos sobre corrupção são marcados por desafios metodológicos relevantes, isto por se tratar de um fenômeno de difícil observação. Não obstante e a despeito dessa dificuldade, pesquisadores de várias áreas tem enfrentado esse desafio, impulsionados, sobretudo, pela relevância do tema. Este trabalho se detém em analisar a produção acadêmica brasileira sobre corrupção, no campo da Ciência Política, identificando o volume de produção, os objetos de pesquisa, os enfoques teóricos utilizados, bem como as estratégias metodológicas empregadas. Buscou-se, portanto, verificar qual o estado da arte dos estudos sobre corrupção pública nesse campo de conhecimento no Brasil. A produção analisada se refere a dissertações de mestrado acadêmico e teses de doutorado selecionados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), defendidas entre 1999 e 2014, e os periódicos nacionais publicados entre a 1999 e a maio de 2018, coletado junto a SciELO. O artigo mostra que a produção brasileira sobre corrupção segue os padrões internacionais, seja no que diz respeito aos métodos e teorias empregados, seja no que diz respeito aos temas pesquisados. A despeito disto o trabalho aponta que a produção brasileira ainda é baixa e carece de maior institucionalização.

Palavras-chaves: Corrupção; Ciência Política; Estado da Arte, Democracia; Brasil.

**Academic production on corruption in Brazilian Political Science:
theories, objects and methods (1999–2018)**

18

Abstract. Significant methodological challenges mark studies on corruption since it is a difficult phenomenon to observe. Despite this difficulty, researchers from various fields have faced this challenge driven mainly by the topic's relevance. This work analyzes the Brazilian academic production on corruption studies specifically the Political Science field, identifying the production volume, the research objects, and the theoretical approaches used, as the methodological strategies employed. In other words, we will seek to verify the state of the art of studies on public corruption in this field of knowledge in Brazil. The production analyzed refers to academic master's dissertations and doctoral theses selected from the Catalog of Dissertations and Theses of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) defended between 1999 and 2014 and national journals published between 1999 and May 2018, collected from SciELO. The article shows that Brazilian research on corruption follows international standards, both in terms of the methods and theories used and in terms of the topics studied. Despite this, the paper points out that Brazilian production is still low and lacks greater institutionalization

Keywords: Corruption; Political Science; State of the Art; Democracy; Brazil.